

## NEGÓCIOS ENTRE MINEIROS E CARIOCAS: FAMÍLIA, ESTRATÉGIAS E REDES MERCANTIS

Paula Chaves Teixeira Pinto<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente artigo aborda a história econômica de Minas Gerais no século XIX, por meio do estudo sobre o comércio interprovincial mineiro com a Corte do Rio de Janeiro, dando ênfase ao processo de formação de uma rede de negócios que interligou a comarca do Rio das Mortes à capital do Império na segunda metade dos oitocentos. Para tanto, partimos do estudo das relações mercantis firmadas entre o fazendeiro mineiro Gervásio Pereira Alvim e seus parceiros na praça mercantil do Rio de Janeiro. A partir da documentação privada do fazendeiro, composta por cartas, recibos e acertos de conta, foi possível a reconstituição do grupo de negociantes mineiros sediados no Rio de Janeiro e o estudo da dinâmica da atividade mercantil entre as regiões. Pela exploração da documentação particular, aliada a outras fontes de pesquisa, sobretudo, os inventários e testamentos, foi possível adentrar o universo mercantil, descortinando as práticas sociais e os elementos simbólicos que permeavam e interferiam na dinâmica dos negócios e no acesso ao crédito em praças de comércio distantes.

**Palavras-chave:** Redes mercantis. Estratégias familiares. Comércio interprovincial.

### Abstract

This article discusses the Minas Gerais economic history in the 19th century, through the study of the trade between Minas Gerais and Rio de Janeiro. The main theme is the process of making a business network that connected the region of Rio das Mortes to Rio de Janeiro in the second half of the 19th century. Through the relationships between Gervásio Pereira Alvim and his contact in the Rio de Janeiro, we can study the trade and dynamics of business activities between these regions. By exploiting the particular documentation of Gervásio Pereira Alvim and other research sources, we can study the group of merchants and his practices, revealing the social practices and symbolic elements that has permeated and interfered the interprovincial trade, as well, the access to credit in the commerce of long distance.

**Keywords:** Mercantile networks. Family strategies. Interprovincial trade.

## INTRODUÇÃO

Ofuscada pelo fausto do ouro e diamantes do século XVIII e pela grande influência na política nacional da República brasileira, a história da sociedade oitocentista de Minas Gerais foi penalizada, primeiro, pela falta de interesse dos historiadores e, posteriormente, pela difusão da tese de “decadência mineira” e de uma economia estagnada voltada para a mais profunda e primária atividade de subsistência.

Até por volta da década de 1950, a historiografia brasileira, ao abordar a história de Minas Gerais, focava suas análises ora na opulência da sociedade mineradora setecentista, ressaltando as atividades coloniais exportadoras percebidas nas noções de ciclos de produção, na produção mineradora do ouro e diamantes e nas riquezas desse período; ora ressaltava a influência e

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), professora substituta, adjunto 1, nível 1.

participação dos políticos mineiros na “República Velha” por meio do pacto político entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, que garantiu o controle da política em âmbito nacional, fenômeno conhecido como “República do café com leite”. A história da província era então fadada ao abandono, quiçá ostracismo, denunciado, em 1958, pelo historiador mineiro Francisco Iglésias (1958, p. 9).

Afastada a capitania, colocava-se a província. As suas dificuldades parecem-nos insuperáveis. Mais ainda: tudo estava por fazer. É verdadeiramente chocante a ausência de bibliografia para essa fase: nada de estudos gerais, poucos aspectos. A vida provincial mineira quase ainda não existe como tema para o historiador.

Concomitantemente à denúncia de Iglésias, os poucos escritos historiográficos que se ocuparam do período provincial de Minas Gerais o trataram como um período de pobreza generalizada, difundindo a interpretação de crise oriunda da decadência da mineração, desde meados do século anterior. Baseados em relatos saudosos dos tempos áureos, a historiografia propagou a tese da “decadência mineira” nos oitocentos, entre elas, a versão do economista Celso Furtado é a mais conhecida.

Segundo Celso Furtado (1985), à medida que se reduzia a atividade mineradora, as grandes empresas escravistas sofriam rápido e geral processo de descapitalização e desagregação, provocando o atrofiamento dos núcleos urbanos e a dispersão geográfica dos indivíduos, que voltaram suas atividades para a mais simples produção para a subsistência. Nas palavras do autor,

Uns poucos decênios foi o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, [...] a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária. Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão de obra fora um fator extremamente escasso; involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia. (FURTADO, 1985, p. 85-86)

Celso Furtado não fora o único a abordar a “decadência de Minas Gerais” no século XIX. Na verdade, ele foi influenciado por outro que o antecedeu. Caio Prado Júnior (1981) também ressaltou a dispersão geográfica, o atrofiamento dos núcleos urbanos e a produção de alimentos para a

subsistência como indícios do processo de retrocesso econômico vivenciado em Minas Gerais, sobretudo na primeira metade dos oitocentos. No entanto, Prado Júnior não deixou de referenciar a amplitude da economia de gêneros de abastecimento estabelecida na região sul da Província.

Segundo Caio Prado Júnior (1981), embora Minas Gerais sofresse com o retrocesso econômico, a região do sul de Minas havia se tornado, em meados do século XVIII, importante núcleo produtor de alimentos e criador de gado, com fortes vínculos comerciais com o Rio de Janeiro. A região, ainda no período colonial, voltou-se para a produção de víveres e criação de gado, invertendo os fluxos de abastecimento entre as capitanias de Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

Para Prado Júnior, na passagem do século XVIII para o XIX, o território em torno da bacia do Rio Grande era o mais importante entre as três regiões que constituía a capitania mineira, levando-se em consideração a ocupação e o povoamento. Tal região localizava-se ao sul da capitania/província e correspondia à comarca do Rio das Mortes. A agricultura e a pecuária ali desenvolvidas foram instaladas com sucesso, tornando-se, juntamente com outros núcleos de produção para o abastecimento interno, fornecedores do mercado carioca.

É interessante observar que, embora Caio Prado Júnior estivesse preocupado com o “sentido da colonização” e com o exclusivismo metropolitano, sustentando o traço comercial da colonização, que tinha como linha mestra a produção de gêneros tropicais e metais preciosos propulsores da acumulação primitiva de capitais na Europa, ele registrou o papel histórico de diversas regiões mineiras. Observando, assim, aspectos que, mais tarde, foram desdobrados em pesquisas empíricas e se constituíram em importantes temas do revisionismo da história de Minas Gerais.

Ainda assim, é importante salientar que essa corrente interpretativa encontrava eco no quadro teórico e conceitual em que se sustentava da mesma forma que refletia o escopo documental em que pesquisava. As interpretações sobre a história de Minas Gerais encontravam-se reunidas em conjuntos explicativos para toda a economia brasileira e se sustentava em uma documentação de caráter mais político, tal como correspondência entre governadores, e não se utilizavam das informações contidas nos arquivos regionais, paroquiais, ou mesmo, os estaduais.

No fim da década de 1970 e início da seguinte, munidos de novas fontes empíricas de caráter mais regionalizado, a história de Minas Gerais passou por uma revisão de suas teses, sobretudo a tão propalada “decadência de Minas Gerais no século XIX”. As novas abordagens beneficiaram-se com as novas fontes.

Inicialmente, a constatação de que Minas Gerais, em 1872, mantinha uma das maiores escravarias do Império brasileiro iniciou a dúvida sobre a economia mineira. Passados alguns anos, a

descoberta de um volumoso conjunto de mapas de população de 1831-35 e 1838-40 colocou à disposição dos pesquisadores uma massa documental muito significativa. A documentação, oriunda da necessidade de conhecer numericamente a província, resultara de um censo determinado pelo Presidente da Província na década de 1830. As ordens do Presidente determinavam a todos os juizes de paz que listassem todos os habitantes sob sua jurisdição e o resultado foi à presença de maciça documentação com listas nominativas de escravos e seus senhores ao lado de suas ocupações. Tais fontes trouxeram implicações para os antigos postulados da história mineira.

Essas fontes revelaram que ao longo dos oitocentos Minas Gerais tivera alta concentração de mão de obra escrava em seu interior, constituindo o maior sistema escravista do Brasil. Segundo Roberto Martins (1982), em 1819, Minas tinha 170.000 escravos, sendo que esse número passou para 380.000 em 1873. Em cifras nacionais, o crescimento dessa população escrava foi de 15,7% para 24,7% do total nacional e, ainda, a taxa de crescimento da população mancipia de Minas Gerais foi duas vezes e meia maior que a taxa nacional. Em números absolutos, a população escrava mineira somente era comparada com a do Rio de Janeiro, onde a partir da década de 1830 formava-se complexo agroexportador escravista do café. De acordo com Martins, no período entre 1819 e 1873,

Minas Gerais tinha mais escravos que as dez províncias situadas acima da Bahia, mais as de Goiás, Mato Grosso e Paraná reunidas. Esse contingente servil era ainda maior que a população escrava de qualquer outra sociedade escravista do Novo Mundo em qualquer época, com exceção dos Estados Unidos, Cuba e Haiti nos seus pontos máximos. (MARTINS, 1982, p. 1)

Diante de tais dados, novos debates surgiram a respeito da origem da escravaria mineira. Tentando explicar a origem desta, Francisco Vidal Luna e Wilson Cano (1983) defenderam que a alta concentração de cativos era fruto do crescimento endógeno dessa população. No entanto, a impossibilidade de comprovação de taxas positivas de crescimento vegetativo para os municípios fez com que as formulações dos historiadores fossem fortemente rebatidas e, com isso, a outra vertente, defensora da importação de escravos, ganhou maior sustentação.

Roberto Martins (1982), um dos pioneiros dessa segunda vertente, defendeu que o grande número de escravos em Minas Gerais não era herança da economia mineradora do século XVIII, mas sim resultado de importações recentes, também não induzidas pela mineração, que ao longo do século XIX, ocupava apenas uma pequena parcela da mão de obra escrava. Ao contrário dos postulados das décadas anteriores, o autor defendeu que a Província foi capaz de resistir às demandas de braços das zonas agroexportadoras em expansão e era grande importadora de cativos africanos por meio das

reexportações do porto do Rio de Janeiro. Esses escravos eram empregados na agricultura, pecuária e várias atividades artesanais e manufatureiras, como a indústria têxtil e a siderurgia. Minas Gerais, na primeira metade dos oitocentos, apresentava-se como a maior importadora de escravos do Brasil e, na América, era superada apenas por Cuba.

Os dados apresentados suscitaram novos questionamentos: como uma sociedade, cuja economia estava em processo de “involução” vinculada à produção para a subsistência ou vicinal, conseguia manter o maior sistema escravista do Brasil? E ainda, comprovada a tese de que o crescimento da escravaria era devido à importação de cativos da África, via tráfico negreiro, como essa economia gerava riquezas para a aquisição de cativos africanos?

Pensando a respeito dessas questões, Robert Slenes (1988) defendeu que a capacidade de reprodução da economia escravista mineira estava na sua vinculação com os mercados tanto intra como interprovinciais. Os vínculos com o mercado carioca, bem como com o setor agroexportador, estimulavam a produção de alimentos para o abastecimento interno, e este, por sua vez, influenciava a produção voltada para o mercado externo ao liberar mão de obra das atividades de produção de víveres, criando vários ciclos. Segundo Slenes, as áreas de *plantation* importavam de Minas Gerais gado *vacum* e suíno, queijo, toucinho e outros mantimentos, tais como tecido para a produção de roupas para os escravos e sacos para o transporte, estimulando bastante a produção voltada para o mercado interno. Assim, ele defendeu que Minas Gerais vivenciava os efeitos multiplicadores da economia exportadora.

Influenciados por esses debates, novas pesquisas buscaram analisar a distribuição dos escravos em Minas Gerais, bem como a vinculação da economia mineira com os mercados intra e interprovincial, os diferentes comportamentos socioeconômicos, culturais e os níveis de desenvolvimento econômico das regiões em função dos diferentes tipos de atividades produzidas. Esses estudos mapearam a província e, por meio das comparações regionais, suscitaram visões interpretativas diferenciadas quanto à escravidão e a natureza da economia escravista mineira.

Enfim, essas pesquisas, aliadas a outras posteriores, consolidaram a percepção de que a economia de Minas Gerais no século XIX apresentava-se bem diversificada e dinâmica, capaz de gerar recursos para a renovação, via tráfico de escravos, de sua força de trabalho. E ainda, que o perfil de província abastecedora de alimentos foi reforçado à medida que Minas Gerais estabelecia vínculos comerciais estreitos com várias outras praças de comércio, especialmente com o Rio de Janeiro.

Revelado o dinamismo da economia mineira nesse período e seus fortes vínculos comerciais com outras praças, sobretudo com a da Corte do Rio de Janeiro, este artigo visa apresentar o

comércio entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, dando ênfase para o funcionamento e dinâmica das relações mercantis estabelecidas entre a comarca do Rio das Mortes (Província de Minas Gerais) e a Corte.

A pesquisa aqui apresentada insere-se no debate sobre o vigor da economia mineira, a partir do momento historiográfico em que nenhum pesquisador duvida da existência de um vigoroso mercado interno na Província de Minas Gerais. As trocas comerciais entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro já se encontravam suficientemente comprovadas e o movimento de reinterpretação da história mineira já está consolidado. Todavia, a contribuição desta pesquisa dá ênfase à dinâmica do comércio das Minas com a praça carioca, ou seja, como esse comércio era levado a cabo? Como ele se concretizava? Quais estratégias eram aplicadas para dar efeito a um comércio interno que era vigoroso, movimentava grande parte da população mineira, abastecia com alguns víveres a cidade do Rio de Janeiro e recebia mercadorias no retorno da viagem? Essa dinâmica não contava ainda com respostas, pois ela seria conhecida somente a partir de arquivos pessoais dos comerciantes. Tal tipo de documentação não se mostrava comum nos arquivos mineiros.

Nesse sentido, Gervásio Pereira Alvim ganhou destaque nesta pesquisa porque, por meio da sua documentação privada, o fazendeiro deixou um rico manancial de informações a respeito do comércio e da dinâmica das relações mercantis entre praças geograficamente distantes. Ou seja, a correspondência trocada por ele e sua rede mercantil permite o estudo pontual da formação e funcionamento de uma rede de comércio que ligou o sul de Minas à Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

O acervo pessoal do fazendeiro e comerciante mineiro Gervásio Pereira Alvim é composto por cartas pessoais e mercantis; créditos, acordos, contas, recibos e encontra-se dividido em duas categorias, no que se refere à propriedade do bem. A maior parte encontra-se sob a posse da família de descendentes do fazendeiro e comerciante Gervásio, estando sob a guarda pessoal de Denis Gualberto de Paula, na cidade de Resende Costa, Minas Gerais. Portanto, de acesso restrito e domínio privado. A outra parte, alocada no Arquivo Histórico do Escritório Técnico do IPHAN-II, em São João del-Rei (MG), encontra-se sob domínio público. A parte referente à Gervásio Pereira Alvim na documentação compreende o período de 1847 a 1900, num total de 267 documentos avulsos sob a posse particular e 46 cartas encontram-se no arquivo do IPHAN.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A documentação privada de Gervásio Pereira Alvim abrange o período de 1839 a 1936. Atualmente, encontra-se sob posse particular o total de 282 documentos avulsos, divididos entre cartas, recibos, contas, créditos, notas promissórias. No Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN estão alocados 56 documentos avulsos, também divididos entre

A documentação versa a respeito dos negócios de Gervásio Pereira Alvim e seus correspondentes na Praça do Rio de Janeiro e em outros pontos da comarca mineira. As cartas, por exemplo, trazem informações a respeito dos negócios, tais como ordens de pagamento, andamento das finanças, retiradas, créditos, informações sobre cotação dos produtos (tanto na Corte e mercados locais como nos mercados internacionais, por exemplo, a cotação do café) e até mesmo conselhos de como se portar e de investimentos, revelando, assim, a dinâmica das atividades mercantis, a movimentação de compras, de acertos e de crédito. Embora sejam cartas de negócios, a maioria também traz e pede informações sobre familiares, buscando conhecimento da situação, dos estados de saúde, as enfermidades, falecimentos, pêsames e a participação de casamentos e uniões. Descortinando, dessa forma, a ação da família nos arranjos de negócios, sobretudo, entre praças distantes onde a referência e conhecimento dos envolvidos eram necessários para as atividades.

O artigo encontra-se dividido em três partes mais esta introdução, que objetivou apresentar a historiografia mineira e o contexto de inserção desta pesquisa, e as considerações finais. Na primeira parte, intitulada “Família e riqueza na comarca do Rio das Mortes” apresenta-se a família de Gervásio Pereira Alvim, atentando para as alianças construídas, as atividades econômicas e padrão de riqueza. A segunda, denominada “Os contatos mercantis no Rio de Janeiro e São João del-Rei” propõe-se à identificação do grupo de negociantes com os quais Gervásio Pereira Alvim manteve tratos mercantis. A partir dos vestígios e pistas deixadas por esses homens, suas origens, suas relações sociais e atividades econômicas foram ressaltadas, bem como o papel da família no comércio entre praças geograficamente distantes. Por fim, na última parte, “O comércio entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro”, analisa-se as trocas mercantis interprovinciais, dando ênfase para a dinâmica e funcionamento das relações estabelecidas.

## **FAMÍLIA E RIQUEZA NA COMARCA DO RIO DAS MORTES**

Em 3 de fevereiro de 1854, Gervásio Pereira Alvim recebia o dote de seu casamento com Maria Salomé de Resende, realizado algum tempo antes. Segundo o acordo, Gervásio recebeu de seus sogros, o tenente Francisco de Assis Resende Alvim e dona Maria Vitória do Nascimento, de papel passado, a escrava Jacinta, que já se encontrava em seu usufruto, e a posse de umas terras no formato de campos e capoeira, na medida de vinte e quatro alqueires. O dote foi avaliado em 1:300\$000 réis

---

cartas, recibos, créditos, contas. Os papéis posteriores a 1900 referem-se a outros membros da família do fazendeiro, que não estão incluídos nesta pesquisa. Cf. TEIXEIRA, 2009; PINTO, 2014.

(um conto e trezentos mil réis) e a condição de ser um adiantamento de herança, sendo, então, obrigado a entrar com tal quantia no inventário e partilha dos bens após o falecimento dos outorgantes, ou seja, seus sogros. Como se pode observar, o dote recebido configura atividades econômicas ligadas ao mundo rural (terras e escravos), típicos de um fazendeiro, que era a principal atividade de Gervásio Pereira Alvim.

Gervásio era morador numa fazenda nos Campos Gerais, distrito da Lage, termo da vila de São José e comarca do Rio das Mortes. Ele participou do comércio de abastecimento da Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, vendendo a produção de sua fazenda, como comissário dos fazendeiros locais e como comerciante de gado. Atuava também na redistribuição dos produtos adquiridos na Corte por meio de seu negócio no caminho da Lage e rancho para pouso de tropas. Ele fora homem de muitos negócios, consorciando, tanto atividades agrárias como mercantis. Ao mesmo tempo em que fazia compras de produtos manufaturados na praça do comércio do Rio de Janeiro para revender em seu negócio, Gervásio também adquiria bens para incrementar sua produção na fazenda. As compras de escravos e terras eram frequentes.

No entanto, essas atividades não eram novidades na família. Gervásio Pereira Alvim reproduzia o modelo herdado de seus familiares, sobretudo de seus pais, tios e avós, porém guardando as respectivas distinções devido às mudanças sociais, políticas e econômicas em curso na sociedade imperial brasileira. O pai de Gervásio, o capitão Gervásio Pereira do Carmo, em 1831, possuía uma “chácara e venda” no distrito da Lage e contava com a posse de 21 escravos divididos nos serviços relacionados à agricultura, atividades domésticas e artesanais. Além dessas atividades consorciadas, o capitão atuou no comércio de escravos entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais na década de 1820. Entre os anos de 1822 e 1830, ele trouxe para a região de São João del-Rei e São José 165 escravos, transportados em 14 remessas. Tais cifras são bastante significativas, tendo em vista o volume de capital, em escravos, movimentado pelo capitão, o que nos permite enquadrá-lo entre os mais importantes atravessadores de escravos da praça carioca para essa região da comarca do Rio das Mortes.

Embora o tráfico de escravos auferisse bons lucros, tratava-se de uma atividade demasiadamente arriscada (FLORENTINO, 1997). E consoante à lógica do mercado pré-capitalista, quanto maiores os lucros maiores eram os riscos no desempenho da atividade (BRAUDEL, 1998). Nesses termos, muito provavelmente, a falência do capitão Gervásio do Carmo e o leilão de seus bens em praça pública na vila de São José, em 1835, anunciada no jornal local *Astro de Minas*, esteve relacionado com o tráfico de escravos. A nota publicada no jornal dizia:



Os credores do falido capitão Gervásio Pereira do Carmo Alvim fazem público, que na praça do Juízo Municipal da vila de São José se achão em pregões para serem arrematados todos os escravos, casas, gado vacum e cavallar, e mais trastes do dito capitão Gervásio. Quem quiser, se dirija dentro do tempo do costume a aquela Praça, S. José d'El Rei, 5 de março de 1835.

Uma das repercussões da falência no seio familiar do capitão Gervásio do Carmo foi o reforço das solidariedades consanguíneas e de parentesco. Em 10 de janeiro de 1839, o capitão Gervásio do Carmo entrou com uma petição no Juízo de Órfãos da Vila de São José solicitando a abertura de um inventário em benefício de seus filhos menores, no qual o próprio capitão era o inventariado e inventariante. O documento apresentado listava como bens a serem inventariados os 23 escravos arrematados em hasta pública pelo irmão, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim. Esses escravos foram arrematados em benefício dos filhos do capitão Gervásio do Carmo e para isso alguns parentes e benfeitores concorreram com o capital necessário, sendo o montante avaliado em 10:160\$000 réis (dez contos, cento e sessenta mil réis).

Muitos anos mais tarde, o capitão Gervásio do Carmo não havia conseguido se recuperar financeiramente. As informações sobre sua atuação e atividades são por vias indiretas e revelam que os vínculos familiares continuaram como esteio para ele e sua família, inclusive e principalmente após seu falecimento. Dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, esposa, depois viúva do capitão, em 23 de fevereiro de 1880, declarou em seu testamento que,

sendo o nosso casal infeliz em negócios ficamos sem nada, e alguns de meus irmãos me deram uma crioula por nome Maria que tem produzido, e consultando alguns destes, pois a crioula foi dada em condições se poderia dar alguma coisa desta produção a filhos mais atrasados, o que aprovaram.

A passagem revela um dos papéis da família no período imperial brasileiro. Atuando como principal meio de identificação e sustentação dos sujeitos, a família e a casa eram orientadores das relações sociais, políticas e econômicas (GRAHAM, 1997; FARIA, 1998; BERTRAND, 1999; LEVI, 2001). No momento de crise, dona Ana Antônia foi amparada por seus irmãos, e vendo alguns de seus filhos em dificuldades, buscava meios para ajudá-los.

Dona Ana Antônia, além de ter sido auxiliada por seus irmãos, foi também pelo seu cunhado, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim. Em 6 de dezembro de 1879, Gervásio Pereira Alvim dava início ao processo de inventário de seu tio, o vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim. No auto de abertura, o inventariante informou que seu tio havia falecido, possuía bens e havia deixado

testamento solene. O documento, que trazia as “últimas e verdadeiras vontades” do testador, instituía como seus únicos herdeiros: o irmão, o tenente Francisco de Assis Resende Alvim, e a cunhada, dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, viúva do capitão Gervásio do Carmo. Na falta destes, os filhos seriam os herdeiros. Assim, a herança dividida em duas partes, abatida os legados, foi de 18:864\$370 réis (dezoito contos, oitocentos e sessenta e quatro mil e trezentos e setenta réis).

O capitão Gervásio do Carmo e dona Ana Antônia Umbelina de Paiva eram os pais de Gervásio Pereira Alvim, nosso personagem. Eles se casaram em 13 de abril de 1818, na Ermida do padre Joaquim Leonel de Paiva, na freguesia de Carrancas. Na época, ele estava com 23 anos e ela com 15. O casal era descendente de ricos fazendeiros e grandes proprietários de escravos na comarca do Rio das Mortes, configurando o casamento como uma união entre iguais.

O pai do capitão Gervásio do Carmo fora o capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, português, que firmou morada no distrito da Lage após o casamento com uma partícipe da elite regional, dona Francisca Cândida de Resende. O português e capitão-mor Gervásio, após o casamento, tornou-se um dos homens mais ricos e influentes na região do distrito da Lage nas primeiras décadas dos oitocentos.

Em 1831, o domicílio do capitão-mor Gervásio apareceu na Lista Nominativa com a posse de 52 escravos e ele, chefe do fogo, foi listado como agricultor, criador e engenheiro. Na época, ele estava com 70 anos e sua esposa, dona Francisca Cândida de Resende, com 62. Também eram moradores em seu domicílio os filhos: o vigário Joaquim Carlos de Resende, que tinha dois escravos; e o filho recém-casado, Francisco de Assis Resende Alvim com sua esposa, dona Maria Vitória do Nascimento, futuros sogros do personagem Gervásio Pereira Alvim, com seus cinco escravos.

Além das atividades agrárias, o capitão-mor participou do comércio de abastecimento da Corte e também desempenhou funções de vereador na Câmara Municipal da Vila de São José. No inventário *post-mortem*, aberto em 1837, os bens do capitão-mor Gervásio foram avaliados em 52:472\$040 réis (cinquenta e dois contos, quatrocentos e setenta e dois mil e quarenta réis). Entre seus bens, destacam-se a posse de 63 escravos, duas fazendas, uma morada de casas no Arraial da Lage, casas de vivenda, engenhos de cana e pilões, ranchos de tropa, moinhos, plantações de cana e milho, gado *vacum* e cavalari e considerável número de jumentos, burros e bestas que eram utilizados no transporte de carga. Para os padrões do distrito da Lage, bem como para Minas Gerais na primeira década do século XIX, a fortuna do casal capitão-mor Gervásio e dona Francisca Cândida era bastante significativa, podendo ser classificados como grande proprietário de escravos (LIBBY,

1988; PAIVA, 1996; TEIXEIRA, 2006), possuidores de 7,88% da mão de obra escrava do distrito Lage em 1831.

O casal fez importantes alianças, principalmente via casamento de seus filhos. A única filha do casal casou-se com o filho do fazendeiro mais rico do distrito da Lage na década de 1830. Dona Mafalda Cândida de Resende Alvim foi esposada pelo alferes Antônio Pinto de Lara, filho legítimo do casal capitão Joaquim Pinto de Góis e Lara e dona Ana Almeida e Silva. Esse casal, em 1830, ao abrir o primeiro inventário, devido o falecimento de dona Ana, exibiu a fortuna de 102:020\$109 réis (cento e dois contos, vinte mil, cento e nove réis), sendo a maior parte constituída pela posse de escravos e terras.

Já os filhos homens do capitão-mor Gervásio e dona Francisca Cândida também se casaram com descendentes de fazendeiros ricos e proprietários de escravos. Aliás, todos os três filhos, Gervásio do Carmo, Antônio Candido e Francisco de Assis, esposaram três filhas do casal tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva, moradores na freguesia de Carrancas, termo da vila de São João del-Rei.

Dona Ana Antônia Umbelina de Paiva, mãe de Gervásio Pereira Alvim, era irmã de dona Maria Vitória do Nascimento, mãe de Maria Salomé, esposa de Gervásio. Isto é, além dos pais do casal Gervásio e Maria Salomé serem irmãos, as mães também o eram. Elas eram filhas legítimas do tenente Francisco Machado de Azevedo e dona Pudenciana Umbelina de Paiva. Esse último casal era morador na fazenda do Engenho, situada na freguesia e curato de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas. Em 1831, o casal tinha 72 escravos, posse bastante grande para a realidade mineira da primeira metade do século. Cabe ressaltar que embora Minas fosse a província com maior número de escravos em todo o Império, na década de 1830, grande parte dos domicílios não contavam com a presença de mão de obra escrava e um pequeno número de proprietários contava com a posse acima de 10 cativos. A grande maioria dos proprietários tinha entre um e cinco cativos (LIBBY, 1988, p. 97-122).

Pouco tempo depois dessa listagem, em 1835, o tenente Francisco deu início ao processo de inventário dos bens do casal em função do falecimento de sua esposa, dona Pudenciana Umbelina de Paiva. Os bens do casal foram avaliados em 65:613\$190 réis (sessenta e cinco contos, seiscentos e treze mil, cento e noventa réis). A fortuna era composta principalmente de terras e escravos, destacando a posse de 80 cativos; a fazenda do Engenho com suas benfeitorias e plantações; a fazenda da Cachoeirinha com suas benfeitorias e plantações; morada de casas no arraial de Carrancas;

gado *vacum* e cavalari e animais de tração utilizados no transporte de carga, tais como jumentos, burros e bestas.

Além das atividades agrárias, o tenente Francisco também participou do comércio de abastecimento da Corte do Rio de Janeiro enviando parte da produção de sua fazenda. Cumpre ressaltar que esse casal era pai de Francisco Eugênio de Azevedo, comerciante mineiro que mudou para a Corte por volta da década de 1850, tornando-se negociante de grosso trato, matriculado no Tribunal do Comércio e foi o principal representante de Gervásio Pereira Alvim naquela praça.

Com relação às regiões onde esses homens moravam e circulavam, o distrito da Lage e a freguesia e curato de Carrancas chamam a atenção pela alta concentração de escravos em seu interior e por ser uma região de fazendas onde desenvolviam atividades agrícolas e pastoris (TEIXEIRA, 2006; ANDRADE, 1996). A ocupação era recente, a partir da segunda metade do século XVIII. Esses homens participaram ativamente do comércio de abastecimento da Corte enviando suas produções para a praça mercantil carioca, bem como do comércio intra-regional de animais e víveres, contribuindo para a agregação de produtos realizada no entreposto regional de São João del-Rei, como também se beneficiaram dos dois circuitos de comércio.

Segundo Maria Lúcia R. C. Teixeira (2006), a ocupação do distrito da Lage aconteceu por volta de 1759 e foi realizada por fazendeiros bem situados e relacionados, que eram detentores de terras e escravos na região. O distrito agregou em seu interior um grande número de cativos, chamando a atenção para o alto percentual de mão de obra escrava, se comparada com a livre. Em 1835, de acordo com a autora, a população do distrito estava distribuída da seguinte maneira: 58,4% da população eram cativas, enquanto os livres representavam 41,6%. Esse forte apego à escravidão foi também observado desde o fim do século XVIII, em 1795, no Rol dos Confessados da vila de São José, quando 53,48% da população estavam em cativeiro (TEIXEIRA, 2006, p. 37-50).

O distrito de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas fora um dos grandes distritos que compunha o termo da vila de São João del-Rei, na primeira metade desse período. A freguesia foi formada pelos distritos de Espírito Santo, Luminárias, Santo Inácio das Lavrinhas, Saco do Rio Grande, São Tomé e Campo Belo e se situava ao sudoeste da vila de São João del-Rei, próximo ao Rio Capivari. Segundo Marcos Andrade (1996, p. 135), “dos 4.053 habitantes da freguesia (de Carrancas), 62,5% (2.494) da população compunha-se de escravos e 38,5% (1.559), de livres”, sendo os distritos com maior concentração os do Espírito Santo de Carrancas e de Campo Belo, que apresentaram percentuais de 72,4% e 65,2% de cativos, respectivamente. Esses dois distritos detinham 64,4% dos escravos da freguesia (ANDRADE, 1996).

Embora, no Império do Brasil, fortunas muito maiores existissem, tais como as dos grandes comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro envolvidos no tráfico de escravos entre a costa da África e o Brasil (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001), ou, então, dos senhores de engenho da Bahia, classe mais aspirada devido ser a imagem mais próxima do ideal de nobreza, fortuna e poder (SCHWARTZ, 1988), não podemos desconsiderar a capacidade de acumulação e riqueza da família de Gervásio Pereira Alvim, na primeira metade do século XIX. Esses homens foram grandes proprietários de escravos e terras, participavam do comércio intra e interprovincial acumulando fortunas e prestígio. Na segunda metade dos oitocentos, os seus descendentes ainda mantinham as posições de prestígio e riquezas no interior da comarca do Rio das Mortes.

## **OS CONTATOS MERCANTIS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO JOÃO DEL-REI**

Na Rua Direita, número 147, Corte e cidade do Rio de Janeiro, funcionava a casa mercantil “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”. Tal casa pertenceu a Francisco Eugênio de Azevedo e a um de seus sobrinhos, que se ignora a identidade. Nesse mesmo endereço, funcionaram várias outras sociedades mercantis de Francisco Eugênio, entre os anos de 1854 e 1880, sobretudo as que comercializavam secos e molhados com produtos de importação e exportação.

Francisco Eugênio foi um dos comerciantes da rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim na Corte. Ele era mineiro, da comarca do Rio das Mortes e, na segunda metade dos oitocentos, tornou-se um grande negociante de grosso trato na praça carioca, matriculado no Tribunal do Comércio. Seus negócios apareceram listados no Almanak Laemmert, durante os anos de 1854 até a década de 1880, nas seções “Consignatários e Casas de Comissões de Gêneros de Importação e Exportação”, “Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação”, “Negociantes Nacionais”, “Lojas de Fazendas secas de todas as qualidades de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs” e “Armazéns e Depósito de Sal, por atacado”.

O processo de inserção de Francisco Eugênio na praça mercantil do Rio de Janeiro foi facilitado pelas relações familiares reforçadas, principalmente, após seu casamento com dona Maria Emerenciana de Andrade. Alguns parentes da esposa do comerciante mineiro, sobretudo o pai, Francisco Inácio Botelho, dois irmãos, Francisco José de Andrade Botelho e Tomé Botelho, um cunhado, Aureliano Inácio Botelho e um tio materno, José Esteves de Andrade Botelho, eram negociantes e mantinham estabelecimentos mercantis na Corte.

Neste caso, assim como em outros, observamos o papel da família como núcleo base que assegurava as condições favoráveis aos que vinham de meios geográficos e sociais exteriores à praça mercantil. Os parentes atuavam de diferentes formas no sentido de familiarizar os novos comerciantes com os mecanismos mercantis e, também, de apresentá-los e creditá-los na praça (PEDREIRA, 1997; LENHARO, 1979). Cumpre lembrar que Francisco Eugênio vinha de Minas Gerais, da freguesia de Carrancas, e seus pais eram fazendeiros, grandes proprietários de escravos e terras. Nesse sentido, foi a partir dos laços de parentesco que ele conseguiu se inserir nas redes de negócios.

Próximo da casa mercantil de Francisco Eugênio, também na Rua Direita, número 123, estava a casa mercantil de outro comerciante mineiro, denominada “Carlos Joaquim Máximo Pereira e Cia.”. Essa casa também fazia parte da rede mercantil de Gervásio Pereira Alvim. A casa mercantil de Carlos Joaquim funcionou no endereço durante os anos de 1849 até 1868 e comercializava fazendas secas de importação e exportação.

No Almanak Laemmert, a casa foi listada nas seções “Negociantes Nacionais”, “Lojas de Fazendas secas de todas as qualidades, de seda, lã, algodão e linho, francesas, inglesas e alemãs” e “Armazéns e Lojas de fazendas secas por atacado”. Em 1861, o comerciante comprou do conselheiro Francisco Sales Torres Homem a “casa e chácara” na Rua São Clemente, número 80F, em Botafogo, onde, a partir de 1862, funcionava uma filial de sua casa mercantil.

Carlos Joaquim era mineiro, da vila de São José, comarca do Rio das Mortes. Ele se mudou para o Rio de Janeiro por volta da década de 1840, na época, solteiro. Seu processo de inserção na praça carioca, muito provavelmente, contou com o apoio do comerciante José Bernardino Teixeira, outro comerciante da rede de Gervásio. As relações entre José Bernardino e Carlos Joaquim eram pautadas em laços de amizade, talvez de parentesco, solidamente construídos ainda na Província de Minas Gerais. Eles foram sócios na casa mercantil “José Bernardino e Máximo Pereira”, que atuava no endereço da Rua Direita, número 123, com o comércio de fazendas secas de importação por atacado. Essa casa também estava no circuito mercantil de Gervásio na praça carioca.

José Bernardino estava na Corte desde, pelo menos, 1847. Era negociante matriculado no Tribunal do Comércio da Corte, participou da diretoria do terceiro Banco do Brasil, criado pelo Barão de Mauá, nos anos de 1852 e 1853 (GUIMARÃES, 1997, p. 130) e se manteve atuante na praça carioca até por volta de 1870. No Almanak Laemmert, sua casa mercantil apareceu listada em várias seções: “Negociantes Nacionais”, “Armazéns de Fazendas Secas” e “Armazéns de Fazendas Secas de importação por atacado”. Sua casa mercantil, “José Bernardino Teixeira e Cia.”, primeiro, funcionava

na Rua Direita, número 105, depois 123 e, em 1856, mudou-se para a Rua Nova do Conde, número 167.

Sabino de Almeida Magalhães foi outro comerciante da rede de Gervásio, estabelecido em São João del-Rei, comarca do Rio das Mortes. Ele conhecia e mantinha laços de amizade com os comerciantes já citados, como o comerciante Carlos Joaquim, além do parentesco ritual, seu filho Carlos de Almeida Magalhães, negociante matriculado no Tribunal do Comércio no Rio de Janeiro, casou-se com a filha mais velha de Carlos Joaquim, fortalecendo ainda mais os laços entre as duas famílias.

O comerciante são-joanense atuou como intermediário de alguns comerciantes cariocas na praça de São João del-Rei, tais como a casa mercantil “Serzedello e Machado”, comerciante de louças e porcelanas e “Loureiro, Botelho e Castro”, comerciante de fazendas secas. Ambos compuseram a rede mercantil de Gervásio.

Sabino foi um dos grandes negociantes de São João del-Rei, na segunda metade do século XIX. Para facilitar seus negócios com a Corte, ele enviou alguns filhos para o Rio de Janeiro como forma de evitar o atravessador carioca e dar mais segurança e confiabilidade aos seus negócios. Com os filhos Augusto e Sabino Júnior, ele formou uma sociedade mercantil que funcionava na Rua do Rosário, comercializando gêneros estrangeiros e do país (GRAÇA FILHO, 2002, p. 81-83).

Sabino era filho natural do comendador Francisco de Paula de Almeida Magalhães, rico fazendeiro e grande negociante do termo da vila de São João del-Rei, na primeira metade dos oitocentos. Ele fora criado ao lado do pai e talvez aí tenha aprendido as artes do comércio (GRAÇA FILHO, 2002). Sabino era irmão de Custódio Almeida Magalhães, outro grande comerciante são-joanense, membro da rede mercantil de Gervásio.

Custódio fora um rico comerciante e grande capitalista da praça mercantil de São João del-Rei, atuava no comércio Minas-Rio e investiu bastante de seu capital em ações de empresas e apólices da dívida pública. No processo de criação e implantação da Estrada de Ferro Oeste de Minas (Efom), Custódio fora uma das figuras mais atuantes no esforço de modernização dos meios de transporte entre a cidade mineira e a Corte. Ele também participou da fundação da primeira companhia têxtil de São João del-Rei, a Companhia Industrial São Joanense, acompanhando suas experiências em investimentos nesse ramo, tais como nas Cia. Brazil Industrial e Cia. Fiação e Tecelagem Mineira (GRAÇA FILHO, 2002, p. 89-95).

Assim como seu irmão, o comerciante Custódio serviu como intermediário de algumas casas comerciais carioca em São João del-Rei. Por meio do seu banco, “Banco Almeida Magalhães”, ele

intermediou papéis colocados no mercado bolsista do Rio de Janeiro e também serviu como intermediário de outras casas.

Ainda na praça são-joanense, Gervásio também manteve tratos mercantis com Manoel Gomes de Castro, outro grande comerciante da cidade mineira. Manoel era natural de Portugal, Arcebispado de Braga e morava em São João del-Rei desde, pelo menos, o início da década de 1840.

Manoel, como os outros comerciantes de São João del-Rei, além de seu estabelecimento mercantil na cidade, serviu de intermediário de algumas casas de comércio do Rio de Janeiro. “Francisco Carlos Machado e Cia.”, comerciante de fazendas secas por importação, estabelecido na Rua da Candelária, número 43, era uma das casas da rede de Gervásio, que, para facilitar os acertos de negócios, a casa tinha o comerciante Manoel como um dos intermediários na região sul mineira. Como o comércio era realizado a prazo, os intermediários eram fundamentais no giro mercantil e acertos de negócios. Eram raros os casos em que os compradores quitavam as dívidas à vista. Primeiro, porque, segundo Cláudia Chaves (2001), comprar a crédito era uma estratégia de construção de confiança, daí o dito popular: “ter crédito na praça é ter fé”. Segundo, a compra a prazo evitava a paralisação do capital em investimentos: “era regra geral do comércio comprar e vender na primeira mão e no tempo certo. Por isso, é ‘muito mais útil tomar dinheiro a juro para comprar a seu tempo, do que comprar fora dele nas lojas e tendas com próprio dinheiro’” (CHAVES, 2001). Nesse sentido, era preciso que o comerciante estabelecesse vários intermediários, em lugares diferentes, para facilitar os arranjos e acertos de negócios.

Além do estabelecimento em São João del-Rei, Manoel firmou uma sociedade com seu irmão, Antônio Gomes de Castro, que funcionava na Rua da Quitanda, número 81, na cidade do Rio de Janeiro, sob a razão social “Antônio Gomes de Castro e Irmão”. Essa casa também compunha a rede mercantil de Gervásio.

Sobre o processo de chegada e inserção do comerciante português em São João del-Rei, não temos muitas informações. Sabemos que ele se casou com dona Maria José da Glória, filha de José Moreira da Rocha. O casal teve vários filhos, duas delas, Maria Isabel de Castro e Amélia de Castro, casaram-se com dois filhos do amigo comerciante Sabino de Almeida Magalhães, Francisco de Almeida Magalhães e Sabino de Almeida Magalhães Júnior, respectivamente. Esses dois eram comerciantes matriculados na Junta Comercial do Rio de Janeiro e atuavam no mercado carioca.

Voltando para a Corte, próximo aos comerciantes mineiros situados na cidade, encontramos a casa mercantil de Francisco Carlos de Magalhães, a Rua da Candelária, número 35 e 47 era seu endereço. Ali, o fazendeiro de Minas Gerais, Gervásio Pereira Alvim, fazia suas compras de fazendas



secas de importação por atacado. Esse comerciante estava estabelecido na praça carioca desde, pelo menos, 1844 e, em 31 de janeiro de 1851, obteve seu registro de comerciante de grosso trato a partir da matrícula no Tribunal do Comércio. Essa matrícula era importante para as transações internacionais, pois o tribunal fora um órgão criado para, além das atividades administrativas e judiciárias, fiscalizar e dar mais segurança aos praticantes do comércio (GUIMARÃES, 1997; NEVES, 2007).

Gervásio Pereira Alvim manteve ainda contatos com outras casas mercantis tanto no Rio de Janeiro quanto na comarca do Rio das Mortes. Sua rede estendia da praça carioca à comarca do Rio das Mortes, sobretudo no eixo São João del-Rei – São José – Carrancas – Lage. A reconstituição histórica desses comerciantes revela suas origens, relações sociais e atividades mercantis. É bastante interessante observar que esse grupo formou-se no contexto de importantes transformações políticas no Brasil: chegada da Corte portuguesa em 1808, Independência em 1822, I Reinado, Regência e II Reinado, bem como importantes transformações econômicas vividas naqueles anos.

Esses homens eram originários das fazendas mineiras da comarca do Rio das Mortes, que abasteceram a Corte de D. João VI, desembarcada no Rio de Janeiro em 1808. Assim, os laços que os uniam estavam além dos construídos na segunda metade do século XIX. Antes mesmo de se mudarem para a Corte, suas famílias já eram velhas conhecidas, faziam parte do mesmo grupo social, compunham a elite regional da comarca do Rio das Mortes.

A inserção desse grupo no mercado carioca, a intensa relação comercial com a região mineira e a proximidade geográfica deles no Rio de Janeiro deixam pistas a respeito das articulações e esforços familiares para se introduzirem nas redes de comércio e obter os benefícios, leia-se riquezas e prestígio, que a atividade produzia. Os contatos eram tecidos pelas relações familiares e, assim, observamos o papel da família como principal eixo organizador das relações sociais, políticas e econômicas. A partir dos laços de parentesco e amizade, os novos membros eram apresentados e creditados no mercado. Enfim, os contatos e o ato da mercancia eram também parte das tantas teias que a família tecia.

## **O COMÉRCIO ENTRE MINAS GERAIS E O RIO DE JANEIRO**

Devido à extensão do artigo, daremos preferência para análise das relações entre os comerciantes Francisco Eugênio de Azevedo, Joaquim Manoel Alves de Araújo e Gervásio Pereira

Alvim. O recorte se justifica por ter sido o primeiro o principal representante e intermediário do fazendeiro e comerciante na Corte, e o último por se tratar do comércio de gado.

### *As relações entre Francisco Eugênio de Azevedo e Gervásio Pereira Alvim*

O negociante de grosso trato Francisco Eugênio de Azevedo foi o principal representante e intermediário comercial de Gervásio Pereira Alvim na praça carioca. Era em sua casa que muitos pagamentos eram realizados em conta e crédito do fazendeiro e comerciante mineiro. Em 5 de março de 1860, Francisco Eugênio de Azevedo escreveu a Gervásio para noticiar que “em 29 do corrente” sua casa mercantil, “Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho”, havia recebido “por ordem e conta do senhor Felipe José Pereira” e entregue “pelo senhor Antônio Francisco Cardoso”, 800\$000 réis (oitocentos mil réis) para serem creditados em conta de Gervásio Pereira Alvim. Com a carta, o autor também lhe enviou uma cópia do recibo da transação.

Além de receber, o negociante também estava encarregado de fazer alguns acertos em nome do sobrinho. Assim, com o dinheiro em caixa, Francisco Eugênio iniciou alguns acertos para o sobrinho. Em 21 de março de 1860, ele entregou 100\$000 réis (cem mil réis) a “Vicente Ferreira de Paiva e Cia.” em nome de Gervásio. Alguns dias depois, em 26 de março, entregou 40\$000 réis (quarenta mil réis) na casa de Carlos Joaquim Máximo Pereira, acertou com “Salles e Machado” a quantia de 401\$871 réis (quatrocentos e um mil, oitocentos e setenta e um réis) e fechou com o pagamento de 805\$867 réis (oitocentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete réis) na casa “José Esteves e Botelho Sobrinho”.

Muito provavelmente Gervásio possuía mais dinheiro depositado em conta na casa do tio para efetuar todos esses pagamentos. Só o crédito da casa “José Esteves e Botelho Sobrinho” era superior à quantia recebida por Francisco Eugênio e na documentação não há referência a envio de mais dinheiro para a Corte. Ainda mais que, como se permite observar na documentação privada, o dinheiro somente saía de Minas Gerais quando algum familiar ia diretamente à cidade ou quando algum dos comerciantes viajava para Minas.

Enfim, a quitação de prestações era realizada por meio de ordens de repasse de pagamentos, isto é, Gervásio escrevia a algum devedor para que este acertasse com seu tio Francisco Eugênio ou com seu primo Antônio Candido de Resende, que também atuou como intermediário, e estes, em posse do dinheiro, faziam os acertos ordenados pelo fazendeiro.

Além dos encargos de receber e pagar em nome de Gervásio, Francisco Eugênio também cuidava dos pedidos e envio das cargas para Minas Gerais. Na carta do dia 17 de março de 1856, o

negociante informava sobre o recebimento do pedido e o encaminhamento das cargas para o sobrinho. Ele também cuidava de informar sobre o carreto e envio de gêneros de outras casas mercantis com as quais Gervásio mercava. Vejamos a carta:

Estamos de posse de seu favor de 9 do p. passado, e do seu conteúdo cientes, junto achará nossa conta dos gêneros que nos pede [...] Estas cargas seguem amanhã para S. João de El-Rei a entregar ao senhor Miguel José Maciel para lhe remeter, assim como as que na sua nos pede para irem juntas com as mesmas de casa de Serzedello e Machado, de casa de Loureiro Botelho e Castro e Cia. e junto irá o recibo das ditas cargas.

Pela carta, podemos perceber que Gervásio também era “freguês” da casa comercial do tio. As relações entre Francisco Eugênio e Gervásio eram ainda permeadas pela lógica patriarcal. Mesmo atuando como intermediário do sobrinho, Francisco Eugênio mantinha ainda relação de autoridade sobre o fazendeiro. Quando, na década de 1860, Gervásio passava por percalços financeiros e, então, parecia estar descapitalizado, Francisco Eugênio escreveu repreendendo-o pelos sucessivos atrasos e o ensinando como proceder nesses casos. Segundo Francisco Eugênio,

*Tendo escrito por vezes, e nenhuma resposta tenho tido, a respeito de tuas letras firmadas aqui, e apenas tenho recebido poucas quantias para teu pagamento, pois muito mais tem sido, por que os seus credores estão zangados e com razão, pois você tem deixado de cumprir em tempo com seu dever, e isso não é bom, portanto faça todo o possível para mandar quanto antes dinheiro para esse pagamento, que do contrário dizem eles que lá mandam fazer a cobrança, e então tudo estará vencido, e há de sofrer este desgosto e seja franco peça a teu tio o Senhor Vigário e seu sogro para acudir e valer no arranjo do dinheiro; e não há tempo a perder para esse arranjo com dinheiro; eu tenho pedido a teus credores que tenham paciência de esperar, que você está se esforçando para fazer a remessa de dinheiro, mas você tem abusado tanto, quer os homens repentinamente mandam fazer a cobrança, e isso será para você muito desairoso: portanto espero quanto antes mandará o dinheiro que falta para o pagamento da letra. (Grifos meus)*

A carta ressalta a autoridade paternalista<sup>3</sup> de Francisco Eugênio sobre Gervásio e a importância desse vínculo na dinâmica mercantil. Francisco Eugênio intermediava os negócios de Gervásio com outros negociantes cariocas e lhes pedia mais tempo para que o sobrinho arrumasse o dinheiro. Fica claro na missiva a preocupação de Francisco Eugênio com as finanças do sobrinho na praça mercantil carioca e o temor de uma cobrança súbita na casa de Gervásio, que acarretaria um desgosto social muito deselegante, com perda da credibilidade, que poderia afetar outros membros da família. Pode-se observar também a importância econômica e social de dois membros da família

---

<sup>3</sup> Sobretudo se considerarmos como patriarcalismo, em suma, um conjunto de valores e práticas que coloca no centro da ação social a família. Ver: FREYRE, 1987 e BRÜGGER, 2007.

residente no distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, como os responsáveis pela perpetuação social e econômica da família, no caso, o padre Joaquim Carlos de Resende Alvim e o tenente coronel Francisco de Assis Resende Alvim. Ao que tudo indica, os dois parecem ter sido os filhos do capitão-mor Gervásio Pereira Alvim que mais se aproximaram tanto em riqueza material quanto em prestígio social, econômico e político do pai. Embora as fortunas deles não fossem compatíveis com a do capitão-mor Gervásio, os dois exibiram fortunas consideráveis para o período.

Sustentados nas afirmações de Alcir Lenharo (1979) que defendeu a presença dos laços de parentesco na estruturação dos negócios, sobretudo como ponto de apoio para se firmar na praça comercial, percebemos as relações de Gervásio Pereira Alvim com seu tio Francisco Eugênio de Azevedo. De acordo com Lenharo, o laço de parentesco foi um dos recursos utilizados pelos comerciantes do Sul de Minas na estruturação de suas redes de negócios: “via de regra, o parentesco servia como ponto de apoio para se firmar na praça comercial; pode-se encontrar uma diversidade de casos em que o parente constituía-se na fonte fornecedora dos gêneros de abastecimento” (LENHARO, 1979, p. 47).

Assim, pensamos a relação de Gervásio Pereira Alvim e sua família, sobretudo com Francisco Eugênio. Os vínculos familiares eram incrementados com as relações comerciais. Embora saiba-se com grande probabilidade que Gervásio não foi o único sócio do tio, é importante observar que ele participou de alguns negócios com ele, atuando, principalmente, no abastecimento.

### ***O comércio de gado***

O movimento de mercadorias entre Gervásio Pereira Alvim e os negociantes da Corte era, basicamente, a descida de gado e alimentos para o Rio de Janeiro e a subida de fazendas secas para a Província de Minas Gerais. Joaquim Manoel Alves de Araújo, velho conhecido do pai de Gervásio, o capitão Gervásio do Carmo, cuidava da comercialização do gado enviado à Corte pelo fazendeiro mineiro. O comércio era feito por consignação, sendo que, em 1853, o comerciante carioca ganhou 3% sobre o valor total da venda.

Em 6 de fevereiro de 1852, o comerciante Joaquim Manoel escreveu a Gervásio respondendo-lhe a carta do dia 19 passado, vinda com o capataz Thomas de Santana, acompanhante de 71 reses. Na missiva, o autor lhe informou que havia vendido o gado no valor unitário de 20\$500 réis (vinte mil e quinhentos réis), totalizando, então, em 1:455\$500 réis (um conto, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos réis). Segundo o comerciante, não era possível vender os animais no valor

pedido por Gervásio por eles não serem gordos, “tanto que foi para o pasto” e também não servia para o corte. Dessa forma, Joaquim Manoel procurou justificar o preço da venda.

Segundo Alcir Lenharo (1979), esse sistema de consignação era muito comum entre os fazendeiros mineiros e os comerciantes cariocas, sendo que os primeiros sofriam muito com as artimanhas dos segundos. De acordo com o autor, o produtor devia entregar seus gêneros ao comerciante sem que os preços fossem estipulados e aguardar pela comercialização para poder, então, acertar o pagamento de seus produtos. No entanto, no meio do caminho, a falta de preço estabelecido e/ou a liberdade de comercialização favoreciam o comerciante, pois ele poderia muito bem manipular a venda e o preço arbitrariamente, alegando desequilíbrios do mercado, diminuição da procura ou perecibilidade da mercadoria. Pode ser que, no caso de Gervásio, o comerciante Joaquim Manoel tenha sido honesto com a venda e o repasse de dinheiro para o fazendeiro, pois a viagem de Minas Gerais para o Rio de Janeiro era bastante longa e desgastante para os animais, e, assim, tenha feito o melhor que pôde. Daí, Gervásio mandar-lhe mais animais para a venda.

No ano seguinte, em 3 de março, o mesmo Thomas de Santana acompanhou nova remessa de gado de Gervásio para Joaquim Manoel. Dessa vez, o capataz levava 65 reses. Na carta, respondida ao comerciante mineiro, Joaquim Manoel informava que havia vendido o gado, porém, não noticiou o valor conseguido nas fazendas.

Embora a tropa tenha chegado em 3 de março, somente no dia 29 do mesmo mês o comerciante lançou a “conta de venda” das 65 reses consignadas a ele por Gervásio. Provavelmente, os animais estavam no pasto se recuperando da longa viagem e esperando o comprador ir buscá-los.

Pela “conta de venda”, percebemos que o gado foi mais bem comercializado que a remessa do ano anterior. Nesse ano, o comerciante carioca vendeu 61 animais a um único comprador, que não conseguimos identificar, que pagou o total de 1:403\$000 réis (um conto, quatrocentos e três mil réis) e os outros quatro a diversos compradores no valor total de 105\$000 réis (cento e cinco mil réis), totalizando, então, toda a venda em 1:508\$000 réis (um conto, quinhentos e oito mil réis). Ora, a venda, em 1852, de 71 reses foi de 1:455\$500 réis (um conto, quatrocentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos réis). Nesta, caso se faça uma análise do valor unitário de cada animal observamos uma maior valorização das fazendas de Gervásio. Em 1852, o gado foi vendido a 20\$500 réis (vinte mil e quinhentos réis), já em 1853, o comprador das 61 reses pagou em média 23\$000 réis (vinte e três mil réis) por cada animal e os outros compradores pagaram, em média, 26\$250 réis (vinte e seis mil, duzentos e cinquenta réis).

Na prestação das contas, pode-se observar um pouco mais desse comércio. O valor total conseguido nos animais foi de 1:508\$000 réis (um conto, quinhentos e oito mil réis), desse valor foram abatidos 157\$240 réis (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta réis), distribuído da seguinte maneira: despesas com o capataz Santana, 67\$000 réis (sessenta e sete mil réis); despesas gerais, 45\$000 réis (quarenta e cinco mil réis); 3% do valor da venda ao comerciante, 45\$240 réis (quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta réis). Segundo a conta, o comerciante Joaquim Manoel deveria entregar a Francisco Eugênio de Azevedo a quantia de 1:350\$760 réis (um conto, trezentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta réis).

Em 4 de maio de 1853, Francisco Eugênio recebeu de Joaquim Manoel Alves de Araújo a quantia de 1:173\$400 réis (um conto, cento e setenta e três mil e quatrocentos réis) para ser creditado em conta de Gervásio Pereira Alvim. Não temos certeza se esse dinheiro entregue ao tio de Gervásio era referente à venda dos animais no mês de março passado. Se for, observa-se que 177\$360 réis (cento e setenta e sete mil, trezentos e sessenta réis) foram desviados do pagamento. Se não, tratou-se de uma nova remessa de animais para a praça carioca.

## CONCLUSÃO

O artigo objetivou compreender o comércio entre a província de Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, dando ênfase para o processo de formação de uma rede de negócios entre as regiões e a dinâmica mercantil das relações tecidas. Assim, a partir do caso do fazendeiro Gervásio Pereira Alvim, podemos descortinar um universo de práticas sociais que interferiam no cotidiano dos sujeitos históricos e, como não podia deixar de ser, intervinham na prática e dinâmica das atividades mercantis, principalmente no circuito que ligou a comarca do Rio das Mortes à Corte do Rio de Janeiro.

Entre os vários elementos sociais, a família, sem dúvida alguma, apresentou-se como um importante elemento de inserção no comércio regional, como também nas trocas entre praças geograficamente distantes. Isso porque a família, além de ostentar uma grande capacidade de criação de vínculos e redes de clientelas, revelou ser a base de identificação e sustentação dos indivíduos. Numa economia como a do Brasil oitocentista, caracterizada como pré-industrial e condicionada pelo social e, ainda, subordinada aos vínculos de clientela e vizinhança, a presença de familiares e amigos foi instrumento eficaz para a inserção nas redes de negócios.

Enfim, a família, quando não atuava diretamente como suporte de apoio financeiro, agia de forma indireta por meio de suas redes de clientela e parentesco, identificando e creditando seus

membros. Como atentou Fernand Braudel (1998, p. 336-339), o lugar ocupado e alcançado pelo comerciante dependia muito de seu ponto de partida e era difícil alguém do nada transformar-se num grande comerciante. Em acordo com o historiador francês, acreditamos que a atuação de Gervásio no mercado interprovincial esteve ligada também com sua “herança imaterial”: as redes de clientela e parentesco construídas ao longo das gerações anteriores.

## **FONTES PRIMÁRIAS**

1 Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim.

### 1.1 Acordos

Acerto de dote, 3 de fevereiro de 1954, Lage.

### 1.2 Cartas

Joaquim Manoel Alves de Araújo, 6 de fevereiro de 1852, Rio de Janeiro.

Joaquim Manoel Alves de Araújo, 3 de março de 1853.

Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 17 de março de 1856, Rio de Janeiro.

Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, 5 de março de 1860, Rio de Janeiro.

Francisco Eugênio de Azevedo, 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

### 1.3 Contas de venda

Conta de Venda de Joaquim Manoel Alves de Araújo, 29 de março de 1853, Rio de Janeiro.

### 1.4 Recibos

Casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Cia., 4 de maio de 1853, Rio de Janeiro.

Casa mercantil Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, 29 de fevereiro de 1860, Rio de Janeiro.

Casa mercantil Vicente Ferreira de Paiva e Cia., 21 de março de 1860, Rio de Janeiro.

Casa mercantil Carlos Joaquim Máximo Pereira, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

Casa mercantil Salles e Machado, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

Casa mercantil José Esteves e Botelho Sobrinho, 26 de março de 1860, Rio de Janeiro.

2 Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei.

2.1 Documentação Privada de Gervásio Pereira Alvim.

## 2.2 Inventários

Ana Almeida e Silva, 1830, caixa 313 – São José.

Pudenciana Umbelina de Paiva, 1835, caixa 447 – Carrancas, São João del-Rei.

Capitão-mor Gervásio Pereira Alvim, 1837, caixa 11 – São José.

Capitão Gervásio Pereira do Carmo, 1838, caixa 44 – São José.

Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 54 – São João del-Rei.

Sabino de Almeida Magalhães, 1877, caixa 148 – São João del-Rei.

Vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim, 1879/82/88, caixa 357 – São José.

## 2.3 Testamentos

Ana Antônia Umbelina de Paiva, 1880, caixa 99 – Tiradentes.

Manoel Gomes de Castro, 1865, caixa 24 – São João del-Rei.

## 3 Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte

3.1 Lista Nominativa de 1831: Distrito da Lage; Distrito de Carrancas – Planilha digitalizada por pesquisadores vinculados ao Cedeplar/FaCE/UFMG.

4 Universidade Federal de São João del-Rei, Biblioteca do Campus Dom Bosco.

4.1 Jornal Astro de Minas, nº 1.138, data 05/03/1835, p. 4, Microfilme – rolo 20.

5. Almanak Laemmert, (1844-1880), disponível no site: <http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais (1831-1840)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

BACELLAR, Carlos de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2001.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004.



- BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*, V. 61, n 2, p. 107-135, abr./jun. 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CHAVES, Cláudia M. G. *Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2001.
- FARIA, Sheila S. C. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: por uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1987.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional (Brasiliana), 1985.
- GRAÇA FILHO, Afonso A. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, economia e poder no segundo reinado: o caso da sociedade bancária Mauá, McGregor & Companhia (1854-1866)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- IGLESIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1958.

- MATTOSO, Kátia M. Q. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH-Unicamp*, n. 10, out. 1983.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/FaCE/UFGM, 1982. (Texto para discussão n. 10).
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- NEVES, Edson Alvisi. *Magistrados e negociantes na corte do Império do Brasil: o Tribunal do Comércio da corte no Brasil Império (1850-1875)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2007.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.
- PETRONE, Maria Thereza S. *O barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- PINTO, Paula Chaves Teixeira. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790-1880)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RESTITUTTI, Cristiano C. A circulação entre Rio de Janeiro e o Sul de Minas, c. 1800-1830. XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambu, 2008.

SHCWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenheiros e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495 1988.

TEIXEIRA, Maria Lúcia R. Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2006.

TEIXEIRA, Paula Chaves. *Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2. ed. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990.